

Reflexões sobre fotografia de bens arqueológicos em museus

José Pessoa *

Resumo

Nesta comunicação reflecte-se sobre documentação fotográfica e espectro visível e invisível de bens arqueológicos.

Abstract

In this work we ponder over the photo documentation (visible and invisible spectrum) of archaeological collections.

A fotografia documental de espéxies arqueológicas - condições objectivas

O autor analisa a documentação fotográfica de espéxies arqueológicas em diversas condições objectivas, para a qual demonstra:

- O equipamento fotográfico utilizado, que é um sistema de câmara 9x12cm de 35mm, com um objectivo de 125mm, e um sistema de iluminação em condições de luz natural, através de um sistema de difusão.

Alguns dos resultados são apresentados em imagens, que demonstram a importância da documentação fotográfica de espéxies arqueológicas em museus.

* Divisão de Documentação Fotográfica/IPM.

Desde 1989 que a Divisão de Documentação Fotográfica do Instituto Português de Museus (então chamada Arquivo Nacional de Fotografia) vem efectuando o inventário fotográfico nacional de espécies museológicas dos museus nacionais, bem como de outras instituições ou particulares que têm colaborado em exposições e catálogos. Em dez anos foram-se acumulando muitas dezenas de milhares de fotografias documentais, tratadas desde a sua produção em condições ideais de processamento químico, embalagem e ambientais. Nesta tarefa se incluem numerosas coleções arqueológicas, fruto do ciclo de exposições do Museu Nacional de Arqueologia, roteiros de museus¹, de que há a destacar o do Museu de Conímbriga, e ainda os pedidos específicos para investigadores ou para integrar publicações de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Os milhares de espécies arqueológicas fotografadas em condições técnicas profissionais constituíram uma rica experiência, tanto mais interessante quanto inédita para nós, até então longínquos espectadores da actividade arqueológica. É destes trabalhos que queremos vir dar testemunho, dos critérios que utilizámos, das dificuldades encontradas, das necessidades sentidas, das conclusões provisórias, sempre provisórias, que consideramos ser o momento de discutir interdisciplinarmente, sem certezas absolutas mas com algumas sólidas convicções.

A fotografia documental de espécies arqueológicas – condições objectivas

O carácter documental de fotografias de espécies arqueológicas implica diversas condições básicas, das quais destacamos:

– o equipamento fotográfico deve ser de grande formato, no mínimo 9×12cm de matriz, porque só uma câmara de banco óptico permite a reconstituição em proporções tão próximas quanto possível do original fotografado,

¹ Algumas das publicações deste âmbito e, mais significativas, cuja documentação fotográfica foi levada a cabo pela Divisão de Documentação Fotográfica do I.P.M. são referenciadas na bibliografia.

além de que os seus descentramentos e basculamentos asseguram-nos todos os movimentos técnicos necessários à diversidade infinita dos problemas de aproximação ao eixo normal das espécies;

– o material sensível tem que assegurar a persistência das suas qualidades em longa duração: e aqui também só o grande formato garante, através do suporte de poliéster², único com estabilidade garantida para 200 a 300 anos;

– só a fotografia a preto e branco tem carácter documental dado que a fotografia a cores é de curta duração, não sendo possível a sua conservação a não ser em condições tão excepcionais que a tornam impraticável; as imagens a cores devem ser feitas tendo em conta as necessidades de divulgação, a médio prazo (vinte anos), em matrizes que permitam todo o tipo de utilizações, como a impressão em livro, a digitalização de boa qualidade, a reprodução em diapositivos ou as grandes ampliações para integrar em exposições, etc.;

– as fontes luminosas devem corresponder à sensibilidade espectral do material sensível utilizado, porque mesmo as películas a preto e branco têm grandes diferenças de sensibilidade espectral, com a conseqüente diferença de actinismo luminoso dos diversos feixes de comprimentos de onda reflectidos pelas espécies; as emulsões pancromáticas, sensíveis a todo o espectro visível (e não só, mas isso é outro problema...), para a mesma cor, respondem com grandes diferenças de densidade consoante seja a temperatura de cor das fontes luminosas;

– os fundos fotográficos devem ser neutrais, não interferindo e permitindo a total leitura das peças; valerá a pena recordar os livros e catálogos dos anos sessenta e setenta, em que, às vezes na mesma página, vibravam como néons fundos vermelhos, verdes, azuis e amarelos ?

– as fotografias resultantes devem ser processadas para longa duração e arquivadas logo em seguida em meio ideal, do qual nunca devem sair, tornando-se assim **documentos**, cujas cópias servirão para o estudo, a divulgação e segurança da espécie documentada. Tais objectivos não podem ser conseguidos no circuito comercial normal de processamento e impressão, mesmo em firmas que trabalham para profissionais. Na evolução histórica do processo fotográfico, ficaram para trás os tempos em que os fotógrafos, incluindo os amadores, emulsionavam as chapas de vidro e procediam a todas as manipulações químicas; com o aparecimento, nos finais do séc. XIX, da industrialização fotográfica, dos suportes flexíveis e do célebre anúncio “carregue no botão, nós faremos o resto”, a fotografia ganhou um número infinito de utilizadores não qualificados, que fizeram dela o seu “bloco de apontamentos” em imagens; as firmas fotográficas e também, as tendências do mercado, impuseram uma aceleração sempre crescente, até aos nossos dias, da velocidade de entrega dos produtos obtidos, o que se fez em detrimento da estabilidade das imagens. Assim, impõe-se a existência de laboratórios especiais para fins documentais, apoio indispensável para arquivos fotográficos.

² A não ser em película para microfilmes, factor que por vezes não tem sido considerado por algumas instituições, com terríveis conseqüências.

Outras condições

As questões básicas levam-nos a concluir que a documentação fotográfica de espécies arqueológicas, em museus, deve ser efectuada por fotógrafos profissionais, especializados em fotografia documental de bens móveis. É indispensável que antes da sessão fotográfica haja um diálogo entre o conservador, arqueólogo ou comissário, dando ao fotógrafo a resposta às perguntas fundamentais sobre qualquer espécie: O que é? Para que serve? Qual a cultura que o produziu? Só um entendimento do objecto permitirá a um técnico da imagem procurar traduzir fielmente a informação visual disponível. A preparação cuidadosa de um levantamento fotográfico de um conjunto é essencial para a segurança das peças, para a rapidez dos trabalhos e para a qualidade dos resultados obtidos.

Os levantamentos fotográficos efectuados para catálogos de exposições temporárias, embora em pequena percentagem possam servir aspectos específicos das mesmas, não devem ser marcados por critérios passageiros, mas permitir uma futura utilização múltipla dos documentos. A manipulação, tratamento e conservação das espécies fotográficas resultantes devem ser feitas por técnicos especializados nesta área.

Algumas questões

Algumas questões são difíceis de responder. Uma delas será a do carácter artístico de muitas espécies arqueológicas. Será que se deve salientar este carácter, em detrimento da descrição visual do objecto, ou pelo contrário? Será que se devem realizar duas imagens do mesmo objecto, uma de carácter artístico, necessariamente uma interpretação do fotógrafo, outra de natureza mais descritiva e técnica? E qual delas deverá ser associada em primeiro lugar à ficha de inventário a consultar pelo utilizador? Precisamos do vosso parecer.

O uso da fotografia do espectro invisível, nomeadamente da radiografia, no estudo de espécies arqueológicas é quase nulo. No entanto, nas poucas oportunidades que nos surgiram para utilizar estes processos, nomeadamente o infravermelho convencional, os resultados foram sempre compensadores. Será que a Arqueologia, entre nós, está a utilizar toda a gama de possibilidades que a fotografia contemporânea oferece?

É evidente que a fotografia especializada dentro dos museus não substitui, nem dispensa a fotografia de campo feita por arqueólogos, técnicos de conservação e restauro, desenhadores, de todos os que intervêm nos trabalhos arqueológicos. Mas, será que estes técnicos utilizam correctamente os meios fotográficos ao seu dispor? Será que não seria necessário melhorar a sua formação a este nível, proporcionando um melhor futuro para imagens tão importantes como aquelas que testemunham, tal como nos ensinaram, a destruição irreversível de vestígios e contextos, que sempre ocorre quando se escava? Acreditamos que sim!

Quanto ao futuro da fotografia como meio documental, às suas relações com os novos meios de circulação da imagem, com a informática especificamente, pensamos que existem grandes confusões, a precisarem de ser esclarecidas, evitando que se comecem a construir as casas, digo arquivos, pelos telhados.

Bibliografia

- ARAÚJO, L. M. (1993) – *Antiguidades Egípcias*. Lisboa: Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia. Catálogo.
- INVENTÁRIO do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Escultura Romana. Lisboa: Instituto Português de Museus, Inventário do Património Cultural Móvel, 1995.
- INVENTÁRIO do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria: Do Calcolítico à Idade do Bronze. Lisboa: Instituto Português de Museus, Inventário do Património Cultural Móvel, 1993. 1.º vol.
- NOSSA SENHORA DOS MÁRTIRES – A última viagem. Lisboa: Verbo, 1998. Catálogo do Pavilhão de Portugal, Expo-98.
- OLEIRO, J. M. B. (1992) – *Conímbriga – Casa dos Repuxos*. Lisboa: Instituto Português de Museus; Conímbriga: Museu Monográfico. vol. I. (Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal; 1).
- PORTUGAL. Museu do Abade de Baçal (Bragança). *Roteiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994.
- PORTUGAL. Museu Monográfico de Conímbriga. *Coleções*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994. Catálogo.
- PORTUGAL. Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *A Idade do Bronze em Portugal – discursos do poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, MNA, 1995. Catálogo.
- PORTUGAL. Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *De Ulisses a Viriato – O primeiro milénio a.C*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1996. Catálogo.
- PORTUGAL. Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Lisboa Subterrânea*. Milão: Electa. 1994. Catálogo de Lisboa Capital Europeia de Cultura. Catálogo.
- PORTUGAL. Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Portugal Islâmico – Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Instituto Português de Museus, MNA, 1998. Catálogo.
- PORTUGAL. Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Portugal Romano – A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Instituto Português de Museus, MNA, 1997. Catálogo.
- PORTUGAL. Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa). *Um gosto privado, um olhar público*. Lisboa: Instituto Português de Museus, MNA, 1994. Catálogo.